DA UNIVERSIDADE À **COMMODITYCIDADE**: OU DE COMO E QUANDO, SE A EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO É SACRIFICADA NO ALTAR DO MERCADO, O FUTURO DA UNIVERSIDADE SE SITUARIA EM ALGUM LUGAR DO PASSADO

*From university to **Commoditicity**: or how and when, if the education/formation is sacrificed by the Market's altar, the future of the university would lie somewhere in the past*

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da universidade à Commoditycidade**: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do Mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

Lançado em 2017, com título longo e com tons de retrotopia, a leitura do livro é fluída, envolvente e contesta, ao longo de suas 124 páginas, a concepção de universidade refém do mercado, perspectiva de investigação que vem se ampliando em decorrência do crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES) com fins lucrativos e da criação de diversas estratégias de mercado no interior das IES públicas. De modo geral, os autores Bianchetti e Sguissardi (2017) apresentam um histórico da universidade medieval à atual, ressaltando que a universidade atual se tornou um espaço regulado por uma lógica mercantil e heterônoma. Ademais, tendo em vista os modelos clássicos de universidade, discorre sobre três instituições de ensino superior brasileiras, especialmente, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade do Distrito Federal (UDF) e a Universidade de Brasília (UnB), que, ao seu tempo, segundo Bianchetti e Sguissardi (2017), podem ser consideradas o melhor que o Brasil pôde contar em termos de definição de instituições universitárias. Os referidos autores destacam que a influência, ainda que precária, de um “modelo” de universidade que se idealizou no Brasil, em meados do Século XIX, vem sendo atacado e submetido aos interesses predominantes do mercado.

Sumidades na área da pesquisa em educação, Lucídio Bianchetti tem suas produções voltadas ao trabalho e educação, atuando principalmente com os temas pós-graduação, formação de pesquisadores, trabalho, tecnologia e qualificação profissional, enquanto Valdemar Sguissardi se dedica à educação superior, par-

DIEGO MARCONDES
Universidade Metodista de
Piracicaba

**DANIELLE KATHERINE DA SILVA
MOURA**
Universidade Metodista de
Piracicaba

tualmente, nas áreas de políticas e reformas das instituições republicanas, com reconhecimento nacional e internacional na área. Tais currículos fazem do presente livro uma referência para os estudos na educação.

O livro foi desenvolvido a partir do levantamento da literatura acadêmica no campo educacional político-histórico e, contém três capítulos, prefácio, introdução e conclusão. É um livro em que os autores trazem à luz debates necessários à área educacional sobre a mercantilização da educação nas instituições de ensino superior (IES). A contribuição do livro é mostrar as novas tendências na educação, com destaque para a intensificação de práticas financeiras na educação, tais como investimentos em bolsas de valores, abertura de capital e formação de grandes oligopólios, processos antes vistos apenas em grandes empresas, mas que atualmente vêm transformando a educação em *commodity*. Sem dúvidas, um livro necessário aos preocupados com o futuro e as transformações do ensino superior brasileiro.

O termo neologista de *commodity* em destaque no livro, refere-se ao processo que vem ocorrendo nas IES no Brasil e no mundo, em que as universidades têm perdido sua essência, cunhada na Europa pós Revolução napoleônica, dando lugar ao pressuposto de transformação da educação em uma mercadoria ou *commodity*, sobretudo, em território nacional, com a expansão das universidades privadas-mercantis, que transformaram a educação em mercadoria capaz de multiplicar investimentos.

No primeiro capítulo, Bianchetti e Sguissardi (2017) apresentam um levantamento histórico das IES ocidentais até os dias atuais, conceituando os três principais modelos europeus de universidade: napoleônico, humboldtiano e newmaniano, que influenciam os modelos de IES presentes até hoje. Segundo Bianchetti e Sguissardi (2017), nos primórdios, as universidades propunham a formação dos catedráticos nos ensinos de teologia, até então considerada a matriarca das ciências, como é o caso da Universidade de Paris, em meados do século XII. No novo mundo, a expansão das universidades nas colônias europeias, almejando a disseminação dos ideais das vertentes religiosas católicas e/ou protestantes se amplia a partir do início do Século XVI, com o advento da reforma protestante. Todavia, o ensino era direcionado às elites e ocorria de forma pontual. Contrariamente, no século XVIII, com o advento do Iluminismo, as ideias antropocêntricas adquirem centralidade em relação às teocêntricas e passam a vigorar nas universidades, sobretudo, após a Revolução Francesa de 1789. As universidades adotam o termo “laico” como um de seus alicerces. No entanto, ao longo de todos esses séculos, não o papel social da universidade vinculava-se a missão universitária.

No século XIX, com a globalização das IES, se inicia um descolamento geográfico de suas filosofias, a partir de cientistas e professores protagonistas que adquiriram novas funções, sobretudo, nas colônias e ex-colônias. As universidades de filosofia napoleônica francesa tinham como principal característica a regulação e a direção conduzida pelo Estado, de forma laica, como é o caso do Brasil.

Na Europa, a concepção napoleônica de universidade coexistiu com a humboldtiana alemã e a newmaniana inglesa, consideradas universida-

des menos tuteladas pelo Estado e mais autônomas. A concepção humboldtiana é caracterizada como aquela voltada puramente à investigação e produção do conhecimento, independentemente de qualquer vínculo de mercado. Já a newmaniana propunha a conciliação entre a ciência e a fé, sobretudo, por sua vertente protestante, buscando conhecimentos aplicáveis e retornos concretos à humanidade.

Nesse contexto, surgem as primeiras faculdades brasileiras, com a vinda da família real portuguesa ao país, fugindo do exército de Napoleão, em 1808. Estas IES, com filosofia napoleônicas, são criadas para suprir as necessidades da coroa portuguesa de maneira pragmática e utilitária, destacando os cursos de medicina, direito, engenharia naval e mineralogia.

O século XIX foi palco de rápidas transformações ideológicas nas IES brasileiras. As IES passaram de guardiãs e/ou disseminadoras dos diversos conhecimentos para instituições com novas atribuições, principalmente, com a finalidade de aumentar o número de especialistas no país, pensamento que será reforçado no século XX sob o paradigma pós-fordista. Entretanto, foi consolidado, embora não homogeneamente, o tripé das atividades fins da universidade moderna: “ensino, pesquisa e prestação de serviços ou extensão”.

Com o passar do tempo, os três modelos filosóficos de universidade foram pluralizados, atualizados e readaptados administrativa e juridicamente, resultando nos modelos atuais: universidade pública, privada (comunitária e confessional), particular e, mais recentemente, a corporativa (tutelada e patrocinada por empresas), conforme apontam Bianchetti e Sguissardi (2017) tendo como referência Chauí (2003), Quartiero e Bianchetti (2005) e Meister (1999).

Mediante o exposto, os autores afirmam que as universidades perderam sua essência, sendo administradas cada vez mais como organizações e não como instituições educativas. Em 1999, foi assinado e implementado pelos países europeus, O Tratado de Bolonha. Esse Tratado centraliza a regulação educacional europeia em todas as instâncias, tendendo a um modelo universitário “empreendedor-empresarialista”, similar ao adotado nos Estados Unidos, direcionado à privatização e mercantilização da educação. Há de se considerar que o Tratado de Bolonha vem servindo de modelo para a maior parte do mundo. Os autores não se aprofundam na construção da identidade universitária americana, apesar de sua relevância internacional.

No segundo capítulo do livro, Bianchetti e Sguissardi (2017) tratam da história das IES brasileiras, que conforme já mencionado, teve início posterior à chegada da família real portuguesa em 1808. Até então, tais instituições eram proibidas e, embora houvesse esta restrição, duas instituições se destacaram ao abrirem cursos de nível superior na colônia com cursos de medicina: o Colégio da Bahia e outro na província de Minas Gerais.

Os autores relatam que enquanto a escola humboldtiana de educação superior europeia tinha um ensino voltado à pesquisa, no Brasil, por quase um século após a chegada da família real portuguesa, o modelo medieval de universidade foi mantido e comandado por jesuítas, cujo objetivo visava a manutenção do conhecimento nas mãos da elite social.

Após a Proclamação da República, diversas IES particulares e público-privadas são abertas pelo território brasileiro, principalmente no Sul e Sudeste, com eventuais IES nas outras regiões. Apenas em 1920, a primeira IES brasileira é estabelecida por um decreto do governo federal, a Universidade do Rio de Janeiro, atual UFRJ. Após esse evento, outras instituições se juntaram a diversas faculdades pré-existentes para a formação de universidades no país, a exemplo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1927, seguidas pela Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Distrito Federal (UDF) e a Universidade de Brasília (UnB), em 1934, 1935 e 1960, respectivamente.

Durante toda a história brasileira percebe-se a interferência governamental, nas mais diferentes esferas junto às IES, sempre galgando exercer uma hegemonia e reforçar suas ideologias. Esse movimento foi mais perceptível durante o período militar do país, onde a autonomia da universidade, já reduzida até então, foi aniquilada por meio de controle e regulação estatal. A partir daí surgem os primeiros ensaios de privatização das IES brasileiras de alcinha pública, gratuita, laica e universal.

Bianchetti e Sguissardi (2017) afirmam que as universidades têm o papel ímpar de desenvolvimento de ação reflexiva, pensamento crítico e até mesmo alternativo, de modo a não sucumbir ao *status quo* da sociedade. Apresentam o exemplo das três principais universidades brasileiras que ofereceram resistência ao sistema, para contribuir com a melhoria da educação superior nacional: USP, UDF e UnB.

Primeiramente, com relação à formação se destacam a USP e a UDF, que foram fundadas por motivações políticas contra o governo federal, pós-Revolução Constitucionalista. Essas universidades baseavam-se no modelo neo-humboldtiano, voltados ao ensino e pesquisa, diferente no modelo neo-napoleônico profissionalizante, defendido pelo governo federal. Todavia, a tentativa da USP de manter seu novo modelo perante o cenário nacional não se sustentou devido à sua característica de ser formada por diversas faculdades menores que resistiram à sua adoção, mantendo-se nos moldes neo-napoleônicos.

Especificamente, a UDF surge em um contexto diferenciado, não sendo resultado da união de diversas faculdades e inova ao agregar escolas de vários campos do saber, sem estar ligada diretamente ao objetivo profissionalizante. Essa universidade foi suprimida pelo regime do Estado Novo, sob a prerrogativa de inconstitucionalidade de seu funcionamento. Esse fato trouxe à luz a força reguladora do Estado e, com isso, a Igreja Católica volta ao protagonismo da educação brasileira, sobretudo com interferências na aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1961, que se desenvolveu de modo antagônico com propostas católicas e liberais.

A UnB estabelecida mediante os esforços de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira no início da década de 1960, visava o estabelecimento de uma universidade única, que dominaria todas as áreas de conhecimento por meio da autonomia do desenvolvimento nacional (Miglievich-Ribeiro, 2012 apud Bianchetti e Sguissardi, 2017). Os autores relatam que a UnB inovou ao ser a primeira IES a se basear em uma estrutura departamental. Nessa instituição, a trajetória formativa dos alunos ficava por conta deles próprios por

meio da flexibilização curricular. Além disso, os alunos da pós-graduação em mestrado e doutorado poderiam ministrar aulas na graduação da universidade. No entanto, a UnB não teve maior sorte do que a USP e a UDF, tendo posteriormente um redirecionamento com impedimentos das práticas, retornando ao modelo neo-napoleônico.

Tendo em vista esse contexto e de questões em torno de como se consolidar um modelo de universidade voltado para a investigação e pesquisa científica e, igualmente, a reconstrução de universidades brasileiras para melhorar a formação de professores, o caminho adotado foi a implementação dos cursos de pós-graduação no modelo *strictu-sensu*, que habilita a docência universitária. Esses cursos foram institucionalizados e regulados legalmente em 1965, a partir do chamado “Parecer Sucupira”, ou Parecer 977/65. Ainda, no mesmo projeto, foi criada também a modalidade *lato-sensu*, com moldes de especialização universitária, mas não habilitadora de docência.

Por meio da instauração do Parecer Sucupira, percebeu-se a possibilidade de avaliar e qualificar as universidades a partir das pós-graduação *strictu-sensu* por intermédio do quadro docente, buscando melhorar o ensino superior nacional qualitativa e quantitativamente. O Parecer foi regulado conforme o modelo dos Estados Unidos, separando a pós-graduação em duas etapas: mestrado e doutorado. Esse modelo, influenciado pelo germânico, prevê que as universidades não se limitam a transmitir saberes já constituídos, mas dedicassem a elaboração de novos conhecimentos.

O terceiro capítulo intitulado *À commoditycidade*, se resume ao processo de mercantilização e expansão das IES, com o aumento em larga escala do número de alunos-clientes, principalmente em grandes centros urbanos, pela necessidade de “diplomar-se”. Nesse capítulo, Bianchetti e Sguissardi (2017), ressaltam que embora esse crescimento das universidades privadas-mercantis teve início após o final do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), é inegável a contribuição da gestão Lula à Educação superior pública. Nesse período, houve um crescimento considerável, como há tempos não se via. Ao mesmo tempo, esse desenvolvimento foi acompanhado de incentivos e implementações de recursos públicos às instituições privadas, fazendo com que estas organizações crescessem vertiginosamente.

Indiscutivelmente, o histórico do desenvolvimento das IES brasileiras apresentado pelos autores nos impõe a refletir sobre a perspectiva de futuro da educação superior e a formação dos jovens universitários considerando a predominância das tendências que visam à mercantilização da educação.

Um dos casos mais emblemáticos destacados por Bianchetti e Sguissardi (2017) é o da expansão da educação superior no Estado de Santa Catarina. A Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) é um conjunto de instituições criadas por lei municipal. Sua natureza é muito complexa, uma vez que se definem como públicas de direito privado. Ao mesmo tempo em que fazem parte da Associação das Universidades Comunitárias (ABRUC), são vinculadas ao Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina (SINEPE). A partir das facilidades subsidiadas pelo Estado para expansão das instituições-empresas, o sistema ACADE acaba sen-

do engolido pelas organizações privadas-mercantis. O ensino, pesquisa e extensão, desenvolvido em algum grau até então por estas universidades, perde espaço para a educação-mercadoria.

Os autores assinalam a omissão de responsabilidade do Estado sobre à educação superior, que não a assume de maneira genuinamente pública – gratuita, laica e universal. Isso se evidencia quando o Estado se torna um Estado avaliador, passando a cercear, ranquear e controlar, suprimindo sua característica formativa.

Nesse sentido, Bianchetti e Sguissardi (2017) marcam os novos caminhos desta educação transformada em mercadoria: a abertura de capital das empresas educacionais e a formação de monopólios e oligopólios a partir da fusão e aquisição de algumas das maiores empresas do setor educacional. A partir de 2007, esse segmento disponibiliza para compra e venda ações na bolsa de valores. Esse fato, que é comum em empresas comerciais, ao ser aplicado no “produto” educação/ensino, o transforma em *commodity*. Um dado considerável da pesquisa, aponta que de agosto de 1997 a 1999, cerca de 50% das mais de mil IES sem fins lucrativos no país, receberam aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, e transformaram-se em organizações/instituições com fins lucrativos privado-mercantis.

A partir daí quatro companhias ganham destaque: Anhanguera Educacional, Estácio Participações, Kroton e Sistema Educacional Brasileiro, com investimentos milionários em mercado de ações e ampliação do número de alunos. Sguissardi (2014) apud Bianchetti e Sguissardi (2017) aponta que essas quatro companhias tiveram um aumento de 247,4% no número de alunos em apenas cinco anos.

Cabe destacar que os organismos multilaterais financeiros e de coordenação mundial do comércio de serviços são os principais incentivadores e reguladores do mercado educacional. Em 2013, o acordo de fusão entre Kroton e Anhanguera Educacional deu origem ao maior grupo educacional do mundo, com cerca de um milhão de alunos-clientes. Em 10 anos, os 20 maiores grupos empresariais educacionais saltaram de 14% do total de matrículas na educação superior para 40%. A esse crescimento patrimonial e de concentração de matrículas se dá o nome de oligopolização.

Bianchetti e Sguissardi (2017) concluem que o Estado atua em favor do capital, deixando de lado suas funções públicas, agindo de forma a garantir retorno financeiro aos investidores. Além disso, a formação ofertada a partir da educação-mercadoria passa a ser utilitária e de baixa qualidade, podendo ser manejada por meio de regulações para atender ao interesse de empresários. Desse modo, a baixa qualidade formativa passa a ser essencial, uma vez que só assim, esse sistema pode ser perpetuado.

Enfim, é um livro imprescindível para compreender alguns aspectos referentes aos modelos de IES no mundo ocidental, especialmente, algumas experiências que representam o melhor que o Brasil teve em termos de universidades brasileiras. No entanto, o retrato atual indica grandes desafios, especialmente, porque o Estado cada vez mais se compromete com os interesses oriundos do capital financeiro e desenvolve ações distantes de concepções que identificam a educação como um bem público

e função do Estado. Assim sendo, cabe destacar que se desenha um futuro desafiador aos pesquisadores do campo educacional, conforme advertem Bianchetti e Sguissardi (2017), restam os questionamentos: quais são as estratégias para superar esse sistema que nos está imposto? Como retomar a importância da formação enquanto seres humanos e não enquanto números e valores de investimento financeiro? O que resta de *educação* na educação em geral e de *superior* na educação superior? A leitura desse livro nos possibilita ir além e (re) pensar sobre outras diversas questões, especialmente, em relação as políticas educacionais destinadas ao ensino superior brasileiro e suas implicações no trabalho docente, na gestão democrática e autonomia universitária. Sem dúvida, os estudiosos do campo do ensino superior não podem deixar de conhecer esse livro e outros livros dos mesmos autores.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da universidade à Commoditycidade**: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do Mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, n. 24, Rio de Janeiro, p. 5-15, set-out-nov-dez, 2003.

MEISTER, Jane. **Educação corporativa**. São Paulo: Makron books, 1999.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Reflexões sobre a utopia necessária e a universidade brasileira a partir de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, in VILLAR, José L. e CASTIONI, Remi (Orgs) **Diálogos entre Anísio e Darcy. O projeto da UnB e a educação brasileira**. Brasília: Verbená, 2012.

QUARTIERO, Elisa M; Bianchetti, Lucídio (Orgs). **Educação corporativa. Mundo do trabalho e do conhecimento. Aproximações**. São Paulo: Cortez, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SGUISSARDI, Valdemar. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) Educação Superior no Brasil_2002-2012**. Brasília: Edital N. 051/2014, 2014.

SOBRE OS AUTORES

DIEGO MARCONDES

Graduado em Negócios Internacionais e mestrando em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), na área de Trabalho Docente, Formação de Professores e Políticas Educacionais. E-mail: marckdiego@gmail.com

DANIELLE KATHERINE DA SILVA MOURA

Graduada em Jornalismo e mestranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), na área de Trabalho Docente, Formação de Professores e Políticas Educacionais

Email: danielleksmoura@gmail.com

Submetido em: 19-6-2018

Aceito em: 27-6-2018